

Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar

CNPJ: 33.229.410/0001-68

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos o relatório das principais atividades no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis aceitas no Brasil, acrescidas da demonstração do valor adicionado – DVA, a qual consideramos importantes para divulgar o desempenho. **Mensagem da Administração:** O Parque Bondinho Pão de Açúcar vai além de oferecer uma das mais belas vistas do Brasil. Sua missão é transportar visitantes para um universo de encantamento, lazer e entretenimento, proporcionando experiências memoráveis, sustentáveis e alinhadas à valorização da cultura brasileira. Com investimentos contínuos em segurança, conforto e inovação, o empreendimento consolidou-se como um verdadeiro monumento em movimento, unindo natureza e engenharia em perfeita harmonia. Desde sua origem, marcada por uma visão pioneira de conectar pessoas a um dos mais emblemáticos cenários naturais do país, o Parque representa o resultado da integração entre o trabalho humano e a grandiosidade da paisagem carioca. O Pão de Açúcar constitui, simultaneamente, um marco natural, geológico, histórico e turístico da cidade do Rio de Janeiro. Natural, por servir como referência aos navegadores que chegam à Baía de Guanabara; geológico, por integrar um sítio de relevância científica para a compreensão da formação do planeta; histórico, por situar-se na região onde Estácio de Sá fundou, em 1º de março de 1565, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro; e turístico, pois a inauguração do teleférico projetou internacionalmente a imagem do Brasil como destino turístico. O Bondinho do Pão de Açúcar foi o primeiro teleférico instalado no Brasil e o terceiro no mundo, mantendo-se até hoje como o teleférico em operação contínua mais antigo do planeta, preservando sua relevância histórica ao mesmo tempo em que evolui para oferecer experiências cada vez mais inovadoras e sustentáveis aos visitantes. **Sustentabilidade:** As responsabilidades ambientais, sociais e de governança (ASG) estão integradas às ações do Parque Bondinho. Como reflexo desse compromisso, a operação do Parque Bondinho é certificada pelos padrões globais do Sistema B, possuímos o selo Great Place to Work (GPTW), que reconhece a empresa como um excelente ambiente de trabalho, e somos signatários do Pacto Global da ONU. No eixo ambiental, temos diretrizes internas negociáveis e metas atreladas a temas ambientais investimos em projetos de reflorestamento e conservação de áreas verdes, neutralização de gases de efeito estufa, educação ambiental e gestão de resíduos em nossas operações. No âmbito social, atuamos na gestão de projetos internos voltados ao bem-estar, desenvolvimento, capacitação, diversidade e inclusão, bem como à promoção da saúde de nossos colaboradores. Externamente, realizamos o monitoramento e a escuta ativa de nossas partes interessadas por meio de canais de comunicação e indicadores específicos, com o objetivo de gerar impacto positivo nas comunidades do entorno, por meio de ações conjuntas e investimentos diretos e indiretos. Nas ações de Diversidade e inclusão destacamos a distribuição do Colar do Girassol - símbolo de apoio a pessoas com deficiências não visíveis. No pilar de governança, o Parque Bondinho vem evoluindo de forma consistente ao longo dos anos e atualmente conta com rotinas estruturadas de compliance, incluindo canal de denúncias independente, auditorias internas, auditoria externa independente, emissão de relatório de sustentabilidade, avaliação dos riscos estratégicos e a atuação de diversos comitês de assessoramento, tais como ética, auditoria, segurança e privacidade de dados e sustentabilidade, entre outros. **Comentários de Desempenho consolidado relativos ao ano de 2025:** Em 2025, o Parque Bondinho recebeu aproximadamente 2,1 milhões de visitantes. A receita líquida consolidado total foi de R\$ 325 milhões, sendo que a receita de bilheteria representou 89% da receita total no período. A estrutura de custos do Grupo Iter está totalmente associada à operação dos parques, com destaque para despesas com pessoal, prestadores de serviços operacionais e marketing. No resultado financeiro, observa-se um saldo negativo de juros sobre empréstimos no montante de R\$ 51 milhões, decorrente das captações realizadas com o objetivo de suportar o pipeline de investimentos da Companhia, alinhado à sua estratégia de crescimento e expansão de longo prazo. **Demaís eventos ocorridos em 2025:** **(a) Reforma Tributária:** A Reforma Tributária sobre o consumo prevê a substituição de PIS, COFINS, ICMS e ISS pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), além da criação do Imposto Seletivo (IS) e da redução do campo de incidência do IPI. A implementação ocorrerá de forma gradual a partir de 2027, com transição completa até 2033, não havendo impactos nas demonstrações financeiras de 2024 e 2025. Em 2025, a Companhia iniciou análise técnica dos impactos potenciais dos novos tributos sobre suas operações, contando com consultoria especializada para avaliação dos efeitos fiscais, contábeis e operacionais e para apoiar o planejamento tributário diante do novo ambiente regulatório. Paralelamente, estão em andamento adequações no sistema ERP, com suporte de consultoria especializada, visando assegurar conformidade nos processos de emissão e recebimento de documentos fiscais a partir de 2026. **(b) Atualizações sobre o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE):** O PERSE, instituído pela Lei nº 14.148/2021 para mitigar os impactos da pandemia no setor de eventos, concedeu alíquota zero de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS às empresas habilitadas. Em 2024, o programa foi alterado pela Lei nº 14.859/2024, que instituiu limite global de gastos e mecanismos adicionais de controle, resultando na posterior descontinuidade dos benefícios. A Companhia e sua controlada usufruíram do benefício até dezembro de 2024. Em 2025, a alíquota zero de IRPJ e CSLL deixou de ser aplicável à Companhia a partir de janeiro, mantendo-se para a controlada apenas até março, já os benefícios de PIS e COFINS permaneceram para ambas até março, sendo extintos a partir de abril, com impacto no resultado do exercício pela retomada da tributação integral. Para resguardar seus direitos, a Companhia e a controlada Pão de Açúcar Empreendimentos Turísticos Ltda. (PATUR) adotaram medidas judiciais relacionadas ao encerramento do PERSE. No mandato de segurança da Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar (Processo nº 5035567-61.2025.4.02.5101), houve concessão de liminar e posterior sentença parcialmente favorável, reconhecendo a aplicação do princípio da anterioridade tributária, com manutenção da alíquota zero de PIS, COFINS e CSLL até junho de 2025 e de IRPJ até janeiro de 2026, além do direito à compensação administrativa de valores recolhidos indevidamente após o trânsito em julgado; a decisão está sob recurso da Fazenda Nacional. Já no mandato de segurança da PATUR (Processo nº 5035568-46.2025.4.02.5101), a liminar foi indeferida e o processo segue em andamento, aguardando sentença. Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2026. A Diretoria.

Balanço patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro					
Em milhares de reais					
Ativo	Nota	Controladora	Consolidado		
		2025	2024	2025	2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	147.735	180.749	202.795	204.796
Contas a receber	7	24.261	18.857	28.503	21.445
Estoques		1.687	1.389	1.687	1.389
Despesas Antecipadas		691	399	691	400
Tributos a recuperar	8	675	3.563	930	3.716
Adiantamento a fornecedores	9	251	2.510	251	2.510
Instrumentos financeiros					
derivativos	16	872	5.445	872	5.445
Partes Relacionadas	19	3	5.439	3	5.434
Outros ativos circulantes		5	53	5	53
		176.180	218.404	235.738	245.188
Não Circulante					
Realizável a Longo Prazo					
Tributos Diferidos	10	505	1.010	505	1.010
Tributos a recuperar	8	564	3.053	702	3.752
Depósitos judiciais	20	1.801	1.626	1.972	1.797
Aplicações financeiras		-	135	-	2.230
		2.870	5.824	3.179	8.789
Investimentos	4	55.812	27.999	-	-
Ativo de Direito de Uso	11	526	707	526	707
Intangível	12	1.386	907	1.386	907
Imobilizado	13	127.642	121.115	127.745	121.346
Comodato		36	36	36	36
		185.402	150.764	129.694	122.996
		188.272	156.588	132.873	131.785
		364.453	374.993	368.610	376.973
Total do ativo					
	Nota	Controladora	Consolidado		
		2025	2024	2025	2024
Passivo e Patrimônio Líquido					
Circulante					
Fornecedores	14	4.807	4.603	4.831	4.608
Salários e encargos a pagar		6.446	4.579	6.884	5.002
Tributos a recolher	15	13.084	2.209	15.125	2.465
Empréstimos e Financiamentos	16	16.082	20.635	16.082	20.635
Nota Comercial	17	12.523	6.267	12.523	6.267
Passivo de arrendamento	11	569	733	569	733
Dividendos a pagar	21	9.138	-	9.138	-
Receita Diferida	18	4.520	1.759	5.911	2.208
Partes Relacionadas	19	4.094	35.901	4.102	35.906
Outros passivos circulantes		2.718	1.250	2.893	2.001
		73.980	77.936	78.056	79.825
Não Circulante					
Tributos em discussão judicial		695	695	737	737
Empréstimos e Financiamentos	16	49.054	51.146	49.054	51.146
Nota Comercial	17	30.894	43.252	30.894	43.252
Provisão para contingências	20	781	1.604	821	1.654
Comodato-Passivo		36	36	36	36
Partes Relacionadas	19	69.993	70.000	69.993	70.000
		151.454	166.733	151.536	166.825
Total do passivo		225.434	244.670	229.592	246.650
Patrimônio líquido	21				
Capital social		69.073	69.073	69.073	69.073
Reserva legal		13.815	13.815	13.815	13.815
Reserva de Retenção de Lucros		54.820	43.339	54.820	43.339
Reserva de contingência		1.311	1.311	1.311	1.311
Outros Resultados Abrangentes		-	2.785	-	2.785
		139.019	130.323	139.019	130.323
Total do patrimônio líquido		139.019	130.323	139.019	130.323
Total do passivo e do patrimônio líquido		364.453	374.993	368.610	376.973

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro					
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma					
	Nota	Controladora	Consolidado		
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	22	292.660	224.579	324.625	251.158
Custo dos serviços prestados	23	(51.910)	(43.863)	(52.690)	(46.109)
Lucro bruto		240.750	180.716	271.936	205.049
Despesas com vendas	24	(11.527)	(7.691)	(11.535)	(7.691)
Despesas gerais e administrativas	25	(63.177)	(53.732)	(67.501)	(55.879)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		232	(347)	234	(113)
Resultado de equivalência patrimonial	4	27.812	24.119	-	-
Lucro operacional		194.091	143.065	193.133	141.366
Receitas financeiras		35.337	19.147	40.827	21.825
Despesas financeiras		(51.210)	(23.724)	(51.252)	(23.777)
Resultado financeiro	26	(15.874)	(4.577)	(10.425)	(1.952)
Lucro antes dos impostos		178.217	138.488	182.708	139.414
Imposto de renda e contribuição social	27	(44.647)	(816)	(49.138)	(1.732)
Lucro líquido do exercício		133.570	137.672	133.570	137.682

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro					
Em milhares de reais					
		Controladora	Consolidado		
		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício		133.570	137.673	133.570	137.673
Outros resultados abrangentes		(2.785)	(76)	(2.785)	(76)
Resultado abrangente total		130.785	137.597	130.785	137.597

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025					
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					

1.1 Contexto operacional: A Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar (a "Companhia" ou "CCAPA"), sociedade anônima de capital fechado, com sede na Av. Pasteur, nº 520, Urca, Rio de Janeiro, Brasil foi construída em janeiro de 1911. A Companhia é controladora da Pão de Açúcar Empreendimentos Turísticos Ltda. ("PATUR"), sua subsidiária integral. A Companhia e sua controlada, em conjunto denominadas "Grupo", têm por objeto social a exploração comercial de parques turísticos, sendo responsáveis pela operação do Parque Bondinho Pão de Açúcar. O Grupo também atua prestando serviços complementares de turismo, entretenimento e mídia, por meio da PATUR. A Companhia é controlada integralmente pela Iter Participações S.A. ("ITER"), sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 13 de fevereiro de 2026. **1.2 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na condução da gestão da Companhia. As políticas contábeis relevantes aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão sumariadas na Nota 31. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos derivativos, que são mensurados ao valor justo. A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As áreas que demandam maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2. **(a) Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. **(b) Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **1.3 Consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. A empresa controlada incluída na consolidação está descrita na Nota 1.1 e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na Nota 30. **1.4 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025:** **(a) Reforma Tributária:** A Reforma Tributária sobre o consumo ("Reforma tributária"), estabelece a substituição de quatro tributos atualmente incidentes sobre o consumo: PIS, COFINS, ICMS e ISS, por dois tributos: Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), institui o Imposto Seletivo (IS) (sobre produtos identificados como nocivos à saúde e/ou que causam danos ao meio ambiente), assim como estabelece uma diminuição do campo de incidência do IPI. Os novos tributos e as novas alíquotas, entram em vigor gradualmente a partir de 1º de janeiro de 2027, com a substituição total dos tributos atuais até 2033. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 e de 31 de dezembro 2025. No exercício de 2025, a Companhia identificou a necessidade de conduzir uma análise técnica voltada à mensuração dos impactos que os novos tributos - Imposto Seletivo (IS), Contribuição sobre Bens e Ser-

Demonstração das mutações no patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de contingências	Dividendos a distribuir	Reserva de Retenção de Lucros
	69.073	13.815	1.311	34.140	101.544
Saldos em 31/12/2023	-	-	-	(34.140)	(101.544)
Destinação de dividendos 2023	-	-	-	-	(94.333)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(76)
Retenção de lucros	-	-	-	-	137.673
Saldos em 31/12/2024	69.073	13.815	1.311	-	43.340
Distribuição de dividendos 2024	-	-	-	-	(43.340)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(2.785)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-
Dividendos e JCP distribuídos	-	-	-	-	-
Retenção de JCP	-	-	-	-	54.820
Saldos em 31/12/2025	69.073	13.815	1.311	-	54.820

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais					
	Controladora	Consolidado			
	2025	2024	2025	2024	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	133.570	137.673	133.570	137.673	
Lucro líquido do exercício ajustes por:					
Depreciação e amortização	7.004	6.210	7.021	6.345	
Equivalência Patrimonial em Controlada (Ganhos)/perdas com valor justo de instrumentos financeiros derivativos	5.662	(1.489)	5.662	(1.489)	
Arrendamentos	546	461	546	461	
Imposto Diferido	-	816	-	816	
Baixa de ativos imobilizado/intangível	652	1.101	652	1.101	
Provisão para contingências	494	404	505	444	
Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	422	(413)	688	(1.932)	
Vaniação cambial empréstimo	1.724	1.547	1.724	1.547	
Amortizações custo de transação de Nota Comercial	142	(2.947)	142	(2.947)	
Juros sobre Nota Comercial	7.655	-	7.655	-	
Juros sobre empréstimos	15.008	11.718	15.008	11.718	
Juros sobre debêntures	11.052	4.885	11.052	4.885	
	156.119	135.847	184.224	158.622	

Variações nos ativos e passivos					
(Aumento)/Redução em Contas a receber	(5.404)	(4.415)	(7.057)	(4.027)	
(Aumento)/Redução em Estoques	(298)	(97)	(298)	(95)	
(Aumento)/Redução em Tributos a Recuperação	5.378	(1.209)	5.836	(1.139)	
(Aumento)/Redução em Adiantamento a fornecedores	2.259	577	2.259	577	
(Aumento)/Redução em Despesas Antecipadas	(292)	(80)	(292)	(79)	
(Aumento)/Redução em Outros ativos circulantes	48	(9)	48	(2)	
(Aumento)/Redução em Depósitos judiciais	(176)	(275)	(176)	(390)	
(Aumento)/Redução em Partes Relacionadas	(26.377)	28.325	(26.379)	28.335	
(Aumento)/Redução em Aplicações Financeiras a longo prazo	135	(6)	2.230	1.121	
Aumento/(Redução) em Dividendos e participações	9.138	(1)	9.138	(1)	
Aumento/(Redução) em Fornecedores	204	235	222	(1)	
Aumento/(Redução) em Salários e encargos a pagar	1.867	167	1.882	157	
Aumento/(Redução) em Tributos a recolher	10.875	(685)	12.660	(1.089)	
Aumento/(Redução) em Outros passivos	1.468	(196)	892	63	
Aumento/(Redução) em Receita Diferida	2.761	541	3.702	840	
Aumento/(Redução) em Contingência	(822)	1	(832)	2	
Aumento/(Redução) com valor justo de instrumentos financeiros derivativos	1.788	-	1.788	-	

Caixa líquido gerado das atividades operacionais	158.669	158.720	189.847	182.894
Juros de empréstimos pagos	(6.264)	(2.799)	(6.264)	(2.799)
Juros de Nota Comercial pagos	(7.650)	(5.823)	(7.650)	(5.823)
Imposto de renda e contribuição social pago	(29.836)	-	(30.002)	-
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	114.918	150.098	145.931	174.270
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Adições de ativo imobilizado/intangível	(15.630)	(14.617)	(15.630)	(14.617)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(15.630)	(14.617)	(15.630)	(14.617)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos	-	50.000	-	50.000
Captação de Debêntures/Nota Comercial	-	50.000	-	50.000
Amortização de empréstimo e financiamentos	(17.112)	(9.316)	(17.112)	(9.316)
Amortização de Debêntures/Nota Comercial (Nota 17)	(6.250)	(88.372)	(6.250)	(88.372)
Custo de transação debêntures	-	(711)	-	(711)
Pagamento de dividendos	(108.940)	(230.017)	(108.940)	(230.017)
Partes Relacionadas	-	72.137	-	72.137
Dividendos recebidos da controlada	-	39.581	-	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(132.302)	(116.698)	(132.302)	(156.279)
(Redução)/ Aumento do caixa e equivalentes de caixa no exercício	(33.014)	18.784	(2.001)	3.373
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	180.749	161.965	204.796	201.423
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>147.735</u>	<u>180.749</u>	<u>202.795</u>	<u>204.796</u>
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.				

ICP
Brasil





Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar
CNPJ: 33.229.410/0001-68

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA: Reconhecimento de receita (Notas 22 e 31.15):** A principal fonte de receita do Consolidado advém da prestação de serviços de turismo, entretenimento e mídia, composta basicamente pela bilheteria de seus parques, especialmente o Teleférico do Bondinho do Pão de Açúcar. A receita é gerada por um grande volume de transações com baixo valor individual, o que requer a manutenção de um sistema adequado de captura das vendas. Tendo em vista o alto volume das transações e a complexidade relacionada à captura das vendas em sistema, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos principais procedimentos de auditoria em resposta a esse assunto consideraram, entre outros, o entendimento dos controles relevantes identificados pela administração da Companhia e da sua controlada para monitoramento e apuração dos serviços prestados, bem como do ambiente de tecnologia que suporta a estrutura de controles internos das sua controlada. Verificamos a totalidade das emissões de notas fiscais no exercício. Em base amostral, verificamos os bilhetes emitidos ao longo do exercício e as liquidações financeiras. Obtivemos os relatórios analíticos dos bilhetes emitidos ao final do exercício de 2025 e início de 2026 e testamos, em base amostral, o reconhecimento da receita no período correto de competência. Adicionalmente, avaliamos a divulgação destes assuntos nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Os resultados desses procedimentos nos proporcionam evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o reconhecimento dessas receitas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2026.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/F-5; Caren Henriete Macohin - Contadora - CRC 1PR038429/O-3 T SC

